DocuSign Envelope ID: E09F551D-BC48-4AF2-97C2-E4CA0AC8E156

AEGEA DESENVOLVIMENTO S.A.

CNPJ nº 32.064.970/0001-47

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS- EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	5	65	Fornecedores		44	41
Aplicações financeiras	5	–	43.460	Obrigações trabalhistas e sociais	8	667	660
Debêntures privadas partes relacionadas	6	721	938	Obrigações fiscais		80	117
Tributos a recuperar		2.374	2.406	Dividendos a pagar	6	3.403	1.545
Outros créditos		305	300	Imposto de renda e contribuição social		143	141
Total do ativo circulante		3.405	47.169	**Total do passivo circulante**		4.337	2.504
Contas correntes a receber de partes relacionadas	6	111	8.136	Provisão para perda de investimentos	7	29	–
Debêntures privadas partes relacionadas	6	160.922	150.000	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	6	6.054	–
Ativo fiscal diferido	12 b.	196	384	**Total do passivo não circulante**		6.083	–
Depósitos judiciais		234	234	**Total do passivo**		10.420	2.504
Total do realizável a longo prazo		161.463	158.754	**Patrimônio líquido**	9		
Investimentos	7	31.606	1.529	Capital social		178.000	200.000
Intangível		20	20	Reservas de lucros		8.074	4.968
Total do ativo não circulante		193.089	160.303	**Total do patrimônio líquido**		186.074	204.968
Total do ativo		196.494	207.472	**Total do passivo e patrimônio líquido**		196.494	207.472

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Despesas administrativas e gerais	10	(822)	(856)
Outras receitas operacionais		2	156
Resultado de equivalência patrimonial	7	(259)	(2.242)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(1.079)	(2.942)
Receitas financeiras	11	24.878	23.491
Despesas financeiras	11	(1.185)	(1.094)
Resultado financeiro		23.693	22.397
Resultado antes dos tributos		22.614	19.455
Imposto de renda e contribuição social	12 a.	(5.508)	(7.151)
Lucro líquido do exercício		17.106	12.304

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	17.106	12.304
Resultado abrangente total	17.106	12.304

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		200.000	–	–	(5.799)	194.201
Lucro líquido do exercício		–	–	–	12.304	12.304
Ganho de diluição de participação societária em controladas		–	–	8	–	8
Destinação:						
Reserva Legal	9 b.	–	325	–	(325)	–
Dividendos mínimo obrigatório	9 c.	–	–	–	(1.545)	(1.545)
Lucros retidos	9 d.	–	–	4.635	(4.635)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		200.000	325	4.643	–	204.968
Lucro líquido do exercício		–	–	–	17.106	17.106
Redução de capital social	9 a.	(22.000)	–	–	–	(22.000)
Destinação:						
Reserva Legal	9 b.	–	855	–	(855)	–
Dividendos intermediários	9 c.	–	–	(4.641)	–	(4.641)
Dividendos intercalares	9 c.	–	–	–	(3.039)	(3.039)
Juros sobre capital próprio	9 c.	–	–	–	(6.320)	(6.320)
Lucros retidos	9 d.	–	–	6.892	(6.892)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		178.000	1.180	6.894	–	186.074

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos		22.614	19.455
Ajustes para:			
Rendimento sobre aplicações financeiras e debêntures privadas	11	(24.684)	(23.341)
Resultado de equivalência patrimonial	7	259	2.242
		(1.811)	(1.644)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento)/Diminuição dos ativos			
Tributos a recuperar		1.650	1.040
Outros créditos		(5)	(1)
Aumento/(Diminuição) dos passivos			
Fornecedores		3	–
Obrigações trabalhistas e sociais		7	44
Obrigações fiscais		(983)	59
Imposto de renda e contribuição social pagos	12 a.	(4.287)	(3.701)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais		(5.426)	(4.203)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras e debêntures privadas, líquidas		39.554	(3.041)
Juros recebidos		15.236	18.075
Aporte de capital em controladas	7	(30.307)	(163)
Contas correntes líquida - partes relacionadas		14.079	(8.136)
Aplicação em fundo para investimento		–	(2.480)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento		38.562	4.255
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Redução de capital social	9 a.	(22.000)	–
Dividendos pagos	9 c.	(11.196)	–
Ganho na diluição na participação societária		–	8
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		(33.196)	8
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(60)	60
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	65	5
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	5	65
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(60)	60

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Aegea Desenvolvimento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de São Paulo - SP, constituída em 06 de novembro de 2018. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, bem como atividades de consultoria e assessoria empresarial, gerenciamento, intermediação comercial e de negócios, comercialização de produtos e atividades relacionadas a saneamento básico. Conforme demonstrado no balanço patrimonial, o passivo circulante supera o ativo circulante em R$ 932. A Companhia possui apoio financeiro necessário de sua controladora direta Aegea Saneamento e Participações S.A. para que possa continuar com suas operações e cumprir suas obrigações financeiras.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Companhia é a controladora direta da Ambiental Crato, no entanto, não apresenta demonstrações financeiras consolidadas uma vez que a sua controladora, a Aegea Saneamento, apresenta demonstrações financeiras consolidadas. A ausência das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia está alinhada aos requisitos descritos no item 4 do CPC 36 - (R3) Demonstrações Consolidadas. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 22 de março de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Definição de vida útil do ativo intangível; • Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa n° 12). d) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Investimentos: Nas demonstrações financeiras da Companhia, os resultados do exercício das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. b) Redução ao valor recuperável (impairment): *(i) Ativos financeiros não-derivativos*: *Instrumentos financeiros e ativos contratuais*: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A Companhia determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. *(ii) Ativos não financeiros:* Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. c) Benefícios a empregados: *(i) Benefício de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde:* A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente. d) Tributos: *(i) Imposto de renda e contribuição social:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. *Imposto corrente:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. *Imposto diferido:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *Exposições fiscais:* Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. e) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *(i) Reconhecimento e mensuração inicial: Ativos financeiros:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *(ii) Mensuração subsequente: Ativos financeiros:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Passivos financeiros:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria: • Passivos financeiros ao custo amortizado Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. *(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. *Passivos financeiros:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *(iv) Compensação:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. *(v) Receitas financeiras e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e debêntures privadas. As despesas financeiras abrangem impostos sobre receitas financeiras (PIS/COFINS). f) Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. g) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são validas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. Alterações no CPC 50, CPC 23 (IAS 8), CPC 26 (R1) e CPC 32 (IAS 12). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como: • IFRS 17 Contrato Seguros (equivalente ao CPC 50 - Contrato de Seguros) - é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguros, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação, que substitui o IFRS 04 (equivale CPC 11). A norma se aplica a todos os contratos de seguro; • Alteração IAS 8 Definições de estimativas contábeis - Esclarecimentos a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, além de esclarecer como entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. (equivale ao CPC 23); • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2. - Orientações e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis (equivale ao CPC 26 (R1)); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - Alterações do IAS 12 - Estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos passivos de desativação. (equivale ao CPC 32- Tributos sobre o lucro); e • Reforma tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12 (equivale ao CPC 32- Tributos sobre o lucro) as alterações foram introduzidas em respostas as regras do Pilar Dois da OCDE sobre BPES e pode impactar o imposto diferido e necessidade de divulgação para entidade afetadas. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. h) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 16 - Passivo de locação em um Sale and Leaseback - Transação de venda retroarrendamento (equivalente CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordo de financimentos de fornecedores (equivalente aos CPC 03 e CPC 40 (R1) respectivamente).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos conta movimento	5	65

5. Aplicações financeiras

Modalidade	2023	2022
Fundo de Investimento Safira	–	16.113
Fundo de Investimento Caixa Topázio	–	27.347
	–	43.460

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos fundos de investimento é em média 100,27% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (101,80% do CDI em 31 de dezembro de 2022). A carteira dos fundos de investimento, onde a Companhia detinha cotas, correspondiam a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivo. Todos os fundos estavam registrados junto à CVM. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa n° 13 - Instrumentos financeiros.

6. Transações com partes relacionadas

Controladora: A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações S.A. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 100% das ações que representam o seu capital social. Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas, companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes. As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	2023	2022
Ativo circulante		
Debêntures privadas partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	721	938
Ativo não circulante		
Contas correntes a receber de partes relacionadas		
Ambiental Crato Concessionária de Saneamento SPE S.A. (a)	111	8.136
	2023	**2022**
Debêntures privadas de partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	160.922	150.000
	161.754	159.074
Passivo circulante		
Dividendos a pagar		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	3.403	1.545
Passivo não circulante		
Contas correntes a pagar partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	6.054	–
	9.457	1.545

continua →

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2024 | 22:46:40 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E:1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: E09F551D-BC48-4AF2-97C2-E4CA0AC8E156

→★ continuação

AEGEA DESENVOLVIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

(a) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no ativo não circulante, e referem-se a movimentações financeiras devido a centralização de caixa. (b) Os valores referem-se à emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em dezembro de 2023, com vencimento em dezembro de 2025, atrelado ao CDI, para distribuição privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

7. Investimentos e provisão para perda em investimentos

a) Composição dos saldos:

	2023	2022
Investimentos	31.606	1.529
Provisão para perda em investimentos	(29)	–
	31.577	1.529

b) Composição dos investimentos:

	Capital Social	Participação	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Resultado das controladas	Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2023	Investimento em 31 de dezembro de 2023
Crato	32.788	100%	37.950	(7.606)	(284)	30.344	30.344
Fundo Guaiba	3.000	40%	2.994	161	231	3.155	1.262
						Valor do investimento em 31 de dezembro de 2023	31.606

	Capital Social	Participação	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Resultado das controladas	Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2022	Investimento em 31 de dezembro de 2022
Crato	2.481	100%	13.272	12.951	(2.161)	321	321
Fundo Guaiba	3.000	40%	3.009	86	146	2.923	1.169
Fundo Santense	1.000	20%	243	49	(696)	194	39
						Valor do investimento em 31 de dezembro de 2022	1.529

c) Movimentação dos investimentos em controladas:

	Investimento em 31 de dezembro de 2022	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Investimento em 31 de dezembro de 2023
Crato	321	(284)	30.307	30.344
Fundo Guaiba	1.169	93	–	1.262
	1.490	(191)	30.307	31.606

	Investimento em 31 de dezembro de 2021	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Outros	Investimento em 31 de dezembro de 2022
Crato	–	(2.160)	2.481	–	321
Fundo Guaiba	1.113	58	–	(2)	1.169
Fundo Santense	15	(140)	–	164	39
	1.128	(2.242)	2.481	162	1.529

d) Composição da provisão para perda do investimento em controladas:

	Capital Social	Participação	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Resultado das controladas	Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2023	Provisão para perda em investimentos em 31 de dezembro de 2023
Fundo Santense	1.000	20%	24	(170)	(339)	(146)	(29)
						Valor do investimento em 31 de dezembro de 2023	(29)

e) Movimentação da provisão para perda do investimento em controladas:

	Investimento em 31 de dezembro de 2022	Equivalência patrimonial	Provisão para perda em investimentos em 31 de dezembro de 2023
Fundo Santense	39	(68)	(29)
	39	(68)	(29)

8. Obrigações trabalhistas e sociais

	2023	2022
Participação nos lucros	84	80
Provisão de férias	49	46
Encargos sociais	534	534
	667	660

9. Patrimônio líquido

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social integralizado é de R$ 178.000 (R$ 200.000 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 200.000.000 (200.000.000 em 31 de dezembro de 2022) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 06 de junho de 2023, foi aprovado a redução do capital social da Companhia no montante de R$ 22.000, sem cancelamento de ações. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o acionista e o respectivo percentual de participação estão assim apresentados:

Aegea Saneamento e Participações S.A.	100,00%

b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. c) Dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	17.106	12.304
Compensação de prejuízos acumulados	–	(5.799)
Lucro líquido após compensação de prejuízos	17.106	6.505
(-) Constituição da reserva legal	(855)	(325)
Lucro líquido ajustado	16.251	6.180
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	4.063	1.545
Dividendos e juros sobre o capital próprio destinados no exercício		
Dividendos e juros sobre o capital próprio destinados do resultado do exercício	9.359	1.545
Dividendos destinados do resultado de exercícios anteriores	4.641	–
	14.000	1.545

Em 07 de março de 2023, a Companhia destinou dividendos intermediários no montante de R$ 3.453. Em 17 de março de 2023, a Companhia pagou dividendos no montante de R$ 5.000. Em 29 de maio de 2023, a Companhia destinou dividendos intermediários no montante de R$ 1.188 e dividendos intercalares no montante de R$ 3.039.

Na mesma data a Companhia pagou dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R$ 6.196. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou juros sobre capital próprio no montante de R$ 6.320, sendo R$ 5.372, líquidos do imposto de renda retido na fonte. d) Reserva de retenção de lucros: A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

10. Despesas por natureza

	2023	2022
Pessoal	(650)	(617)
Serviços de terceiros	(59)	(53)
Publicidade e Propaganda	(50)	(22)
Outras despesas	(63)	(164)
	(822)	(856)

11. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras e debêntures privadas	24.684	23.341
Outras receitas financeiras	194	150
Receitas financeiras	24.878	23.491
Despesas		
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS)	(1.157)	(1.093)
Despesas com IOF	(27)	–
Despesas e comissões bancárias	(1)	(1)
Despesas financeiras	(1.185)	(1.094)
Resultado financeiro	23.693	22.397

12. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está apresentada como segue:

	2023	2022
Resultado antes dos tributos	22.614	19.455
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(7.689)	(6.615)
Resultado de equivalência patrimonial	(88)	(762)
Reversões indedutíveis	50	53
Juros sobre o capital próprio	2.149	–
Doações Lei Rouanet e caráter desportivo	46	148
Outras diferenças permanentes	24	25
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(5.320)	(6.576)
Diferido	(188)	(575)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(5.508)	(7.151)
Alíquota efetiva	24%	37%
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	**2023**	**2022**
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(5.320)	(6.576)
Saldos pagos referente a anos anteriores	(141)	(72)
Antecipação do IRPJ e CSLL	–	(107)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	1.174	3.054
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(4.287)	(3.701)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente retenções na fonte	1.031	2.913
Imposto de renda e contribuição social a pagar	143	141
Total	1.174	3.054

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2022	Resultado	2023
Provisão para participação nos lucros	195	1	196
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	189	(189)	–
Ativo fiscal diferido	384	(188)	196

	2021	Resultado	2022
Provisão para participação nos lucros	188	7	195
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	771	(582)	189
Ativo fiscal diferido	959	(575)	384

13. Instrumentos financeiros

Visão Geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. Estrutura de gerenciamento de risco: A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente a Companhia sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das aplicações financeiras e debêntures. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Nota	2023	2022
Bancos conta movimento	4	5	65
Aplicações financeiras	5	–	43.460
Debêntures privadas partes relacionadas	6	161.643	150.938
		161.648	194.463

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023			
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	49 meses em diante
Passivos				
Fornecedores	44	44	44	–
Contas correntes a pagar partes relacionadas	6.054	6.054	–	6.054
Dividendos a pagar	3.403	3.403	3.403	–
	9.501	9.501	3.447	6.054

	2022		
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses
Passivos			
Fornecedores	41	41	41
Dividendos a pagar	1.547	1.547	1.547
	1.588	1.588	1.588

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de juros - tem nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. • Risco de taxa de juros: A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e debêntures privadas partes relacionadas. Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros expostos a taxa de juros era:

	2023	2022
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	–	43.460
Debêntures privadas partes relacionadas	161.643	150.938
	161.643	194.398

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

				Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Debêntures privadas partes relacionadas	161.643	Variação do CDI	11,65%	18.831	23.539	28.247	14.123	9.416
1 + 2 - Exposição líquida	161.643			18.831	23.539	28.247	14.123	9.416

Gerenciamento do capital: A Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil 2023	Valor contábil 2022	Valor Justo 2023	Valor Justo 2022
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Custo amortizado	–	5	65	5	65
Aplicações financeiras	5	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	–	43.460	–	43.460
Debêntures privadas partes relacionadas	6	Custo amortizado	–	161.643	150.938	161.643	150.938
Total				161.648	194.463	161.648	194.463
Passivo							
Fornecedores		Custo amortizado	–	44	41	44	41
Dividendos a pagar	6	Custo amortizado	–	3.403	1.545	3.403	1.545
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	6	Custo amortizado	–	6.054	–	6.054	–
Total				9.501	1.586	9.501	1.586

Para estas operações a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações.

14. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

DIRETORIA

Radamés Andrade Casseb
Diretor da Companhia

Yaroslav Memrava Neto
Diretor da Companhia

CONTADOR

Marcelo Bogas
CRC SP 253488/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Aegea Desenvolvimento S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aegea Desenvolvimento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 22 de março de 2024.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F
José Antonio de A. Navarrete
Contador - CRC SP-198698/O

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2024 | 22:47:01 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/